

Pacote fiscal mudou muito em 27 dias

53

Quase todas as medidas foram alteradas, principalmente as que aumentam impostos e mexem com a vida dos servidores públicos

Flávio Ilha e
Julianna Sofia
Da equipe do **Correio**

Quase um mês depois do anúncio de um duro pacote fiscal, que tem como meta um superávit extra de R\$ 20 bilhões sobre as contas públicas atuais, o governo acabou recuando em boa parte das 51 medidas anunciadas pelo primeiro escalão da economia. Mesmo assim, a expectativa é de continuar realizando o superávit de R\$ 20 bilhões, principalmente por conta da taxaação dos investimentos dos Fundos de renda fixa e de ações.

Quase todas as medidas foram al-

teradas, principalmente as que elevavam a carga tributária das pessoas físicas. As medidas que atingiam os servidores públicos também foram flexibilizadas, principalmente a que previa a demissão imediata de 33 mil funcionários sem estabilidade. A demissão foi adiada por pelo menos 60 dias. O corte de horas extras de funcionários comissionados do Legislativo e Judiciário também caiu.

Poucas coisas não mudaram no pacote. A principal delas foi o aumento dos combustíveis, que provocou reações no anúncio, mas acabou sendo absorvido com naturalidade pela população. No Distrito Federal

o consumidor está pagando 6% a mais pelo litro de gasolina. O ganho extra com o aumento será de R\$ 1,16 bilhão em 1998.

Outra coisa que não mudou foram as mudanças nas regras de aposentadorias. O governo tornou menos atraente a aposentadoria proporcional ao derrubar o vínculo empregatício para trabalhadores que optarem pelo sistema. Dessa forma, o beneficiário perde direito ao aviso prévio e à indenização de 40% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Os lobbies setoriais mostraram que estão em forma. O Congresso, principalmente os líderes do PFL, conseguiu derrubar o aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas e limitar o corte nos incentivos fiscais às regiões Norte e Nordeste.

O *lobby* das cooperativas conseguiu excluir do pagamento do Imposto de Renda as entidades educacionais e habitacionais, que o governo

queria taxar integralmente na Medida Provisória que aumentou os tributos. As cooperativas de consumo, porém, serão taxadas. A pressão da indústria também deu resultado: à última hora, o governo aceitou manter a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para compras de máquinas e equipamentos.

O pacote está longe de ser considerado pronto. A taxaação dos fundos de renda variável (principalmente fundos de ações) é até agora uma incógnita: o governo reconheceu que aumentou indevidamente a alíquota desses fundos mas até agora não editou nenhuma medida capaz de corrigir o engano. Além disso, a taxaação adicional de 2% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas compras com cartão no exterior — anunciada quinta-feira — não estava nos traçados original do plano. Sinal de que mais coisa pode vir por aí.